

**RELATÓRIO 1859/2018**  
**AVALIADO EM : 16/10/2018**

Em Cumprimento ao disposto nos art. 153 e 157 do Regimento Interno e ao que determina o art. 48 e 48-a da LC 101/00 e Decreto nº 7.185/10, apresenta-se o relatório de avaliação do Portal da Transparência.

<b>IDENTIFICAÇÃO DO JURISDICIONADO</b>				
Processo	358			
Natureza	Acompanhamento de Gestão Fiscal			
Exercício Financeiro	2018			
Jurisdicionado	GABINETE DO PREFEITO DE PENALVA			
Responsável	RONILDO CAMPOS SILVA			
Relator	Edmar Serra Cutrim			
<b>DADO DA PESQUISA</b>				
<b>SITE</b>	<a href="http://penalva.ma.gov.br/">http://penalva.ma.gov.br/</a>			
<b>DATA</b>	16/10/2018			
<b>DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA</b>				
Item	Critério	Situação		
		Sim	Não	NA
<b>DADOS GERAIS</b>				
1	Existência do Site Eletrônico	X		
2	Nome oficial (www.nomedomunicípio.ma.gov.br)	X		
3	Tempestividade	X		
4	Disponibilização da Informação por meio de Sistema	X		
5	Disponibilização dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA)	X		
6	Disponibilização dos relatórios de gestão fiscal (RREO e RGF)	X		
7	Compatibilidade entre os dados da execução orçamentária disponibilizados no Portal da Transparência e os Relatórios da Gestão Fiscal (RREO e RGF) encaminhados ao FINGER	X		
<b>QUANTO À DESPESA, CONSTA(M):(Decreto nº 7.185/10)</b>				
8	O valor do empenho, liquidação e pagamento?(art. 48 da LRF 01/00)	X		

9	O número do correspondente processo da execução, quando for o caso ?			X
10	A classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto ?	X		
11	A pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários?	X		
12	O procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexistência, quando for o caso, com o número do correspondente processo?	X		
13	O bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso?	X		
<b>QUANTO Á RECEITA, CONSTA(M): (Decreto nº 7.185/10)</b>				
14	Previsão?	X		
15	Lançamento, quando for o caso?	X		
16	Arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários?	X		
	<b>Resultado</b>	X		
	Não = 0			Cumpre
	Não >= 1			Descumpre

### Prints das telas consultadas :

Código	Especificação	Prev. Inicial	Prev. Atualizada	Arrec. Período	Arrec. Total
1000.00.0.0.00	RECEITAS CORRENTES	78.317.326,47	78.317.326,47	11.779.114,21	49.226.911,06
1100.00.0.0.00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.652.114,89	2.652.114,89	238.148,52	922.016,37
1110.00.0.0.00	IMPOSTOS	2.439.883,64	2.439.883,64	226.190,31	884.929,07
1113.00.0.0.00	IMPOSTOS SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	1.747.316,39	1.747.316,39	133.943,81	506.911,41
1113.03.11.00	IRRF - TRABALHO - PRINCIPAL	8.913,71	8.913,71	7.376,00	287.150,19
1113.03.41.00	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - PRINCIPAL	837.464,34	837.464,34	126.567,81	219.761,22
1113.03.42.00	IRRF - OUTROS RENDIMENTOS - MULTAS E JUROS	900.938,34	900.938,34	0,00	0,00
1118.00.0.0.00	IMPOSTOS ESPECÍFICOS DE ESTADOS/DF/MUNICÍPIOS	692.567,25	692.567,25	92.246,50	378.817,66
1118.01.11.00	IPDU - PRINCIPAL	103.827,32	103.827,32	500,00	3.795,00
1118.01.41.00	ITBI - PRINCIPAL	38.505,17	38.505,17	0,00	0,00
1118.02.11.00	ISS - PRINCIPAL	550.234,76	550.234,76	91.746,50	374.222,66
1120.00.0.0.00	TAXAS	212.231,25	212.231,25	11.958,21	37.087,30
1121.00.0.0.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	212.231,25	212.231,25	11.958,21	37.087,30
1121.01.11.00	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	212.231,25	212.231,25	11.958,21	37.087,30
1200.00.0.0.00	CONTRIBUIÇÕES	113.125,32	113.125,32	0,00	10.770,99
1240.00.0.0.00	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	113.125,32	113.125,32	0,00	10.770,99
1240.00.11.00	CONTRIB P/ CUSTEIO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA-PRINCIPAL	113.125,32	113.125,32	0,00	10.770,99
1300.00.0.0.00	RECEITA PATRIMONIAL	623.043,15	623.043,15	40.764,23	179.836,09
1320.00.0.0.00	VALORES MOBILIÁRIOS	490.058,72	490.058,72	40.764,23	179.836,09
1321.00.0.0.00	JUROS E CORREÇÕES MONETÁRIAS	490.058,72	490.058,72	40.764,23	179.836,09
		75.593.917,92	75.593.917,92	11.114.717,54	46.183.913,85

Em síntese, constata-se que a Prefeitura de **PENALVA CUMPRE** com as exigências



UNIDADE TÉCNICA DE CONTROLE EXTERNO - UTCEX 1  
SUPERVISÃO DE CONTROLE EXTERNO - SUCEX2

de transparência previstas no art. 48, incisos II e III, c/c o art. 48-A da Lei Complementar nº 101/2000.

São Luís, 16 de Outubro de 2018.

Walber da Silva Abreu  
AUDITOR ESTADUAL DE CONTROLE EXTERNO - SUCEX2

Maria Irene Rabelo Pereira  
Supervisor de Controle Externo - SUCEX2